

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL

Joseane Cristina do Nascimento

EDUCAÇÃO INFANTIL E O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA  
REDE MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Florianópolis

2014

Joseane Cristina do Nascimento

EDUCAÇÃO INFANTIL E O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA  
REDE MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Trabalho de Conclusão de Curso em  
Especialização em Docência na Educação  
Infantil- *lato sensu* da Universidade Federal de  
Santa Catarina.

Orientadora: Márcia de Souza Lehmkuhl

Florianópolis

2014

**Joseane Cristina do Nascimento**

**EDUCAÇÃO INFANTIL E O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA  
REDE MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS**

**Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado(a) adequado(a) para  
obtenção do Título de “Especialista em Docência na Educação Infantil”, e  
aprova(o)a em sua forma final pelo Núcleo de Desenvolvimento Infantil,  
da Universidade Federal de Santa Catarina**

**Florianópolis, 13 de setembro de 2014.**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Soraya Franzoni Conde,  
Coordenador do Curso de Especialização em Docência na Educação  
Infantil**

**Banca Examinadora:**

---

**Prof. Ms.<sup>a</sup> Márcia de Souza Lehmkuhl,  
Orientadora**

---

**Prof.<sup>a</sup> Ms.<sup>a</sup> Graziela Maria Beretta Lopez,  
Universidade Federal de Santa Catarina**

---

**Prof. Ms.<sup>a</sup> Roseli Kuhnen,  
Universidade Federal de Santa Catarina**

---

**Suplente  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosalba Garcia Cardoso,  
Universidade Federal de Santa Catarina**

Dedico este trabalho a minha mãe Maria Cecilia e aos meus filhos:  
Éderson Lagner, Shaianny Jéssica, Jean Carlos e Suianny.

## AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que estiveram ao meu lado no caminho em que trilhei para concluir esse trabalho.

Quero expressar minhas sinceras gratidões a todos, pois sei que nada conseguiria se estivesse só neste processo de realizações e momentos de estudo. Principalmente aqueles momentos em que pensei em desistir e sempre havia uma pessoa ao meu lado, me mostrando que poderia sim, terminar com sucesso essa pesquisa.

Há algumas pessoas em especial, o meu sincero agradecimento a minha mãe Maria Cecília, que esteve sempre ao meu lado, nos momentos bons e ruins. E que faço alguns esforços para que ela se sinta orgulhosa em ser minha mãe.

Claro que jamais esquecerei meus filhos: Éderson Lagner, Shaianny Jéssica, Jean Carlos e Suianny e que tenham certeza que tudo que faço e farei será sempre para que eles vejam em minhas atitudes, em busca de um caminhar de realizações e conquistas. E que jamais pensem no tempo e sim a certeza de fazer o seu melhor...

Tenho também uma amiga em especial, a Cristiane Veronica, pois quando várias vezes pensei em desistir em não continuar a escrever o trabalho, tinha sempre palavra certa para aquele momento, em que nós seres humanos passamos.

A minha orientadora Márcia de Souza Lehmkuhl, que muito me ajudou e acreditou na minha potencialidade. Sua orientação foi de grande aprendizado nos momentos de estudo. Espero ter atingido a expectativa da mesma.

Aos professores da Especialização e aos pesquisadores, pelos enriquecimentos e contribuição para minha formação acadêmica.

“Penso no que faço, com fé. Faço o que devo fazer , com amor. Eu me esforço para ser cada dia melhor, pois bondade também se aprende. Mesmo quando tudo parece desabar cabe a mim decidir, entre rir e chorar, ir ou ficar , desistir ou lutar; porque descobri , no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir”

( Cora Coralina).

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as formas de organização do trabalho docente no atendimento pedagógico de crianças com diagnóstico de autismo em um Centro de Educação Infantil-CEI do município de Florianópolis. Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizamos como proposta metodológica, a análise de documentos norteadores da Rede Municipal de Florianópolis, cotejando com documentos oficiais nacionais das áreas da educação infantil e da educação especial, como por exemplo: as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e com pesquisa bibliográfica. Como forma complementar as análises dos documentos aplicamos um questionário nos professores, com perguntas semi-estruturadas, para saber se tinham experiências com crianças com diagnóstico de autismo. Este questionário teve como propósito corroborar com as discussões em relação ao atendimento das crianças com autismo na educação infantil da Rede Municipal de Florianópolis, comparando o que era proposto pela Prefeitura e o que se efetivava na escola. A partir das análises chegamos a algumas considerações: a Prefeitura tem como perspectiva a educação inclusiva para todos os sujeitos, especificamente na educação especial, mas a formação continuada oferecida na área da educação especial é somente para os professores da área da educação especial; as crianças com diagnóstico de autismo dependem exclusivamente de professor auxiliar de educação especial, já que as orientações da sala de multimeios são direcionadas a estes profissionais e excassas. E por fim, a necessidade de mais subsídios teóricos e metodológicos para os professores que atuam em sala de aula com crianças com diagnóstico de autismo.

Palavras- chaves: Educação Infantil. Educação Especial. Autismo

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze the forms of organization of teaching work in educational assistance to children diagnosed with autism in a Children's CIS-Center for Education in Florianópolis. To develop this research used as a methodological proposal, the analysis of guiding documents of the Municipal Network Florianópolis, comparing with national official documents of the areas of early childhood education and special education, such as: the National Policy Guidelines for Early Childhood Education and national Special Education from the perspective of inclusive education and literature. As a complementary analysis of the documents applied a questionnaire on teachers, with semi-structured questions, to see if they had experience with children diagnosed with autism. This questionnaire aimed to corroborate the discussions about the care of children with autism in early childhood education from Municipal Network Florianópolis, comparing what was proposed by the City and what efetivava in school. From the analysis we come to some considerations: The city has a perspective inclusive education for all subjects, specifically in special education, but the continuing education offered in the area of special education is only for teachers of special education; children diagnosed with autism rely exclusively on assisting special education teacher, as the guidelines of the multimedia room are directed to these professionals and excassas. Finally, the need for more theoretical and methodological for teachers working in the classroom with children diagnosed with autism subsidies.

Keywords: Early Childhood Education. Special Education. autism

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1 – Dados censitários dos questionários</b>	<b>33</b>
<b>Quadro 2 – Dados dos questionários sobre a formação acadêmica</b>	<b>34</b>

## **SUMÁRIO**

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. EDUCAÇÃO INFANTIL.....	16
3. EDUCAÇÃO ESPECIAL. ....	18
3.1. AUTISMO.....	22
4. O CONTEXTO LEGAL E O PROCESSO DE INCLUSÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS .....	25
5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES. ....	36
REFERÊNCIAS .....	39

## **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho tem como objetivo investigar o atendimento de crianças com diagnóstico de autismo em um Centro de Educação Infantil-CEI cotejando com as formas organizativas do trabalho docente para o ensino destas crianças no município de Florianópolis. Para isso, buscou-se analisar os documentos da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Florianópolis na área da Educação Infantil e da Educação Especial relacionando com o discurso dos professores que atuam na rede municipal. Este trabalho de pesquisa foi organizado como Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil.

Esta temática foi escolhida com base na minha experiência como auxiliar de sala de aula em um grupo de trabalho na educação infantil com duas crianças com diagnóstico de autismo na rede municipal de Florianópolis. Neste grupo, além do professor de sala e da auxiliar ainda constava mais um profissional, denominado de professor auxiliar de educação especial. Este profissional fora contratado para auxiliar especificamente estas duas crianças. Esta experiência foi bastante importante para minha formação como profissional em educação infantil, havendo várias trocas de informações entre os profissionais e a atuação era com todas as crianças de sala de aula. Em relação à formação continuada na área da educação especial, somente o professor auxiliar de educação especial era convidado a participar das formações propostas pela Secretaria Municipal de Educação e os outros profissionais da instituição, não. No entanto, no dia a dia da escola, os alunos são de responsabilidade da escola e em muitos momentos a auxiliar de educação especial se afastava das atividades da Instituição e a outra auxiliar assumia este trabalho com todas as crianças.

Estes elementos levaram-me a questionar sobre a formação proposta pela Secretaria Municipal de Educação na área da educação especial. Por que a formação continuada nesta área não tem a participação de todos os professores da rede, a medida que todos atuam com as crianças independente da sua condição biológica? Qual a proposta de formação da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis? Como os professores que atuam na educação infantil vêm se organizando para o atendimento pedagógico dos sujeitos com autismo, sem formação adequada?

Ou ainda, os professores dos centros de educação infantil do município de Florianópolis estão organizados para atender crianças com diagnóstico de autismo? Como os professores de um centro de Educação Infantil vêm recebendo orientação do serviço de

Atendimento Educacional Especializado - AEE para o atendimento de sujeitos com autismo?  
E como ocorre o processo de inclusão das crianças com diagnóstico de autismo em Centro de Educação Infantil no Município de Florianópolis?

Como um dos primeiros encaminhamentos da pesquisa realizamos<sup>1</sup> um levantamento das produções acadêmicas nos bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES e no Portal Scielo. Buscamos no portal da CAPES as teses e dissertações com os descritores educação especial e educação infantil e foram encontrados 151 registros de pesquisas. Ao refinar a busca utilizamos o descritor autismo e foram encontrados 136 registros de pesquisas acadêmicas, refinando um pouco mais, relacionamos os descritores educação infantil e autismo e foram encontrados 17 trabalhos acadêmicos.

No portal de Periódicos da Scielo a procura foi com os mesmos descritores. Na busca com o descritor autismo encontramos 271 artigos científicos. Ao refinarmos a busca pelos descritores educação especial e educação infantil, foram encontrados 23 artigos científicos e quando relacionamos os descritores educação infantil e autismo encontramos somente 3 artigos. Totalizando 20 trabalhos científicos disponibilizados nestes dois bancos de dados.

Neste levantamento das produções acadêmicas nos deteremos nestes 20 trabalhos científicos que tratam sobre o autismo e a educação infantil. Mas alguns destes 20 trabalhos não se direcionavam a área da educação infantil, somente apareceu na busca em função de tratarem de criança.

Outro dado que nos chamou atenção foi o ano de publicação das pesquisas, majoritariamente foram publicados entre 2011 e 2012, o que nos levou a inferir se as datas eram em função da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva publicada em 2008.

Dos 20 trabalhos selecionados, 13 eram dissertações de mestrado, dentre estes uma dissertação de mestrado profissional, 11 destas dissertações de mestrado eram em educação, uma em mestrado na área de informática e outra mestrado em psicologia. Em relação às teses de Doutorado, foram encontradas quatro teses de Doutorado na área da Psicologia.

A partir deste levantamento das produções acadêmicas, iniciamos a leitura dos resumos das dissertações e teses do Banco da Capes e dos artigos científicos do Portal Scielo.

---

<sup>1</sup> Conjugarei os verbos na primeira pessoa do plural por entender que este estudo é resultado de trabalho coletivo, fruto de discussões e diálogos constantes com a minha orientadora e colegas.

Nesta leitura fomos verificando os procedimentos de pesquisa e os encaminhamentos das produções.

Em breve levantamento em relação ao método, a técnica mais utilizada foi a entrevista identificada em nove pesquisas, a observação em cinco dos trabalhos, dois estudos analisaram documentos e outros dois basearam a pesquisa em revisão bibliográfica. Outro método bastante utilizado em seis trabalhos foi o estudo de caso e a aplicação de avaliação em escala da área da psicologia em crianças e professores em quatro trabalhos analisados.

Para desenvolvermos esta pesquisa foram utilizados três procedimentos metodológicos: a análise documental, pesquisa bibliográfica e a aplicação de questionários. Analisamos os documentos da Prefeitura Municipal de Florianópolis, especificamente da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis cotejando com documentos nacionais oficiais das áreas da Educação Infantil e da Educação Especial. Buscamos como referenciais teóricos os fundamentos: sócio- histórico-cultural, especialmente nos escritos de Vygotsky (1994) como base teórica. Jannuzzi (2004), Garcia (2010), Batista (2007), Cirilo (2008), Glat (2007) e Lehmkuhl (2011) tratam da educação especial e Kuhnen (2011) e Lopez (2009) para discutir a educação infantil e a Educação Especial, Klin (2006) e Pessoa (2013) para tratarmos especificamente sobre o autismo infantil.

Para conseguirmos ter uma mostra do discurso dos professores da educação infantil elegemos dentre as 84 Unidades Educativas (Creches e Núcleos de Educação Infantil- NEI) uma instituição onde foi aplicado questionário com os professores que atuam diretamente com os alunos. Esta instituição está localizada na região central da cidade de Florianópolis nas proximidades da Penitenciária Estadual de Florianópolis, do bairro da Agrônômica e do Morro do Horácio.

A Instituição de Educação Infantil, pesquisada foi fundada em agosto de 1980, com uma estrutura física bastante antiga. O prédio inicialmente pertencia a Liga de Apoio ao Desenvolvimento Social Catarinense- LADESC<sup>2</sup>, em seguida, a antiga Fundação Catarinense do Bem-Estar do Menor- Fucabem<sup>3</sup>, e a Fundação Educacional de Santa Catarina (FESC)<sup>4</sup>; e

---

<sup>2</sup> De acordo com o site da Fundação Nova Vida, a Liga de Apoio ao Desenvolvimento Social Catarinense – LADESC foi criado para o desenvolvimento de trabalho social por algumas mulheres da sociedade municipal de Florianópolis, sendo renomeado como Fundação Vida. Para mais detalhes desta instituição ver em: <http://www.fundacaonovavida.org.br/historico/>

<sup>3</sup> De acordo com a Lei Nº 5.295/1977, que trata sobre o Poder Executivo do Governo Estadual de Santa Catarina, a FUCABEM tinha como objetivo, tentar solucionar os problemas dos menores que estão em situação de risco, “infância desvalida” e que não tem acesso ao desenvolvimento normal, propondo a política do bem estar do menor, como também, “Executar a política estadual de ensino especial e de recuperação de

por último a Secretaria Estadual de Educação. O Prédio do Centro de Educação Infantil foi municipalizado no ano de 2008, sendo mantida pela Prefeitura Municipal de Florianópolis desde então. O prédio não tem acessibilidade para crianças com dificuldades na locomoção ou para pessoas com algum tipo de deficiências e não foi encontrado registro de autorização para funcionamento, no prédio da instituição.

A Instituição tem seu horário de funcionamento estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, cumprindo um total de onze horas e trinta minutos diários, funcionando das sete horas da manhã às 18 h 30min. O total de crianças matriculadas na instituição é de 140, tendo 73 meninos e 67 meninas, divididas em grupos de trabalho.

Atualmente a Instituição atende a nove grupos em período integral, organiza<sup>5</sup>dos em grupos de trabalho, e a idade das crianças variam de quatro meses a cinco anos e 11 meses de idade. Os grupos estão organizados por faixa etária, da seguinte forma: G1 a partir de 11 meses e atende a 10 crianças; G2 a partir de 1 ano a 1 ano e 11 meses e atende a 15 crianças; G3 a partir de 2 anos a 2 anos e 11 meses e atende a 15 crianças; G4 a partir de 3 anos a 3 anos e 11 meses e atende a 15 crianças; contamos com 2 turmas G5 a partir de 4 anos a 4 anos e 11 meses e atende a 16 crianças; G5 e G6 a partir de 4 anos a 5 anos e 11 meses e atende a 16 crianças; G6 a partir de 5 anos a 5 anos e 11 meses e atende a 20 crianças.

Em relação ao corpo docente tem aproximadamente: seis professores de quarenta horas, sete professores de vinte horas, duas professoras de educação física, dezoito auxiliares de sala de trinta horas, três professores auxiliares, uma Diretora Geral, uma Orientadora Pedagógica tempo integral, quatro merendeiras, quatro auxiliares de limpeza e dois vigilantes.

A estrutura física da Unidade consta de nove salas de aula, uma cozinha, dois refeitórios, sete banheiros para uso exclusivo das crianças sem adaptação para pessoas com deficiência, dois banheiros para professores, um depósito de alimentos, uma lavanderia, uma sala de direção, uma sala para as professoras auxiliares, uma sala denominada pela Diretora de “sala Cultural”, que contempla livros, tv, som, fantasias, brinquedos, etc.

---

excepcionais.” Para maiores informações ver em :

[http://www.alesc.sc.gov.br/200.192.66.20/alesc/docs/1977/5295\\_1977\\_lei.doc](http://www.alesc.sc.gov.br/200.192.66.20/alesc/docs/1977/5295_1977_lei.doc)

<sup>4</sup> A FESC foi criada em 1965, pelo estado catarinense como uma instituição mantenedora da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Para maiores informações ver em:

[http://www.cfh.ufsc.br/~simposio/Catarinense/Discurso\\_catarinense\\_texto\\_mega/98sc00023.html](http://www.cfh.ufsc.br/~simposio/Catarinense/Discurso_catarinense_texto_mega/98sc00023.html)

<sup>5</sup> Em alguns grupos o número de crianças por sala não corresponde a portaria da PMF, em virtude do espaço físico reduzido em algumas salas.

Entendendo a aprendizagem como processo complexo, com várias definições e conceitos, especialmente na educação infantil, onde a discussão está principalmente no que ensinar e a relação entre a interação e a linguagem. Outro ponto de discussão é de que maneira esse processo de inclusão está sendo trabalhado em sala de aula.

A partir das leituras dos documentos nas áreas da Educação Infantil e Educação Especial oficiais da Prefeitura Municipal de Florianópolis- PMF, percebemos a necessidade de conhecer a opinião dos profissionais que atuam na instituição pesquisada, por meio, de questionário. Desta forma, a partir dos discursos dos profissionais da Unidade Escolar pesquisada, analisamos como está sendo a orientação dos profissionais que atuam em salas da Educação Infantil e como ocorre a inclusão nos grupos que recebem crianças com diagnóstico de autismo. O questionário foi entregue a 36 profissionais do Centro de Educação Infantil pesquisado, mas foram respondidos nove questionários, entregues a pesquisadora no período combinado. Mesmo com um número ínfimo de questionários foram significativos para análise.

Esta pesquisa teve como procedimento metodológico a aplicação de questionário com professores e profissionais do Centro de Educação Infantil pesquisado, como também, análise de documentos da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis, relacionados a educação infantil e a educação especial.

A partir dos questionários respondidos cotejamos com os documentos norteadores da PMF sobre a inclusão e sobre a formação de professores. Analisando se a formação continuada proposta pela Secretaria Municipal abrange todos os profissionais da Unidade Escolar ou se somente para profissionais que atuam na área da Educação Especial? E se a orientação na área da Educação Especial, especialmente na temática sobre o Autismo, é realizada a todos os profissionais ou somente aqueles que têm alunos com este diagnóstico? Outra questão é como os profissionais da Instituição entendem sobre o processo de inclusão?

O questionário foi organizado para aplicar com os profissionais que atuam na área da educação do Centro de Educação Infantil, analisando as relações pedagógicas, a formação continuada proposta pela SME, a organização das orientações do serviço de AEE e como o processo de inclusão vem ocorrendo na unidade de ensino e nas rotinas em sala. Esta análise terá como respaldo os documentos oficiais, como: a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a Resolução nº 04 do CNE/CEB, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação

Básica, modalidade Educação Especial (BRASIL, 2009) e o Decreto Nº 7.611/2011 – que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Para organização da análise e do trabalho de pesquisa dividimos em três capítulos, um tratando da educação infantil, um segundo sobre a educação especial e um capítulo sobre o contexto legal e o processo de inclusão na Prefeitura Municipal de Florianópolis. No capítulo sobre a educação especial, discutiremos sobre o conceito de autismo e suas implicações. E por fim, as considerações finais.

## 2. EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, no Brasil, foi reconhecida como primeiro nível da Educação Básica pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 (LDBEN 9394/96), a qual reafirma o disposto na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA-Lei nº 8.069/1990). Neste sentido a,

Educação Infantil tem como função a educação da criança e o cuidado com ela de forma indissociável, reconhecendo-a como sujeito social de direitos e consolida enquanto uma categoria social e histórica. Aliado a esse reconhecimento, o trabalho em creches e pré-escolas passa a ter uma função de complementaridade à ação da família. (Plano Nacional de Educação, 2009, p.39)

Na difícil tarefa de ter que selecionar, dentro dos limites de espaço e tempo que o momento comporta em busca dos objetivos que nos propusemos atingir, resolvemos, inicialmente, retomar, como referência, as próprias deliberações definidas pelas “Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil”, relativas às propostas pedagógicas e seus fundamentos:

- I – As Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil devem respeitar os seguintes fundamentos norteadores:
- a) Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum;
  - b) Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática;
  - c) Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da ludicidade e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais. (Brasil, 2010, p. 12)

Desta forma, as Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil (2010) corrobora com as Diretrizes Nacionais reafirmando “os direitos fundamentais das crianças e na garantia de uma formação integral orientada para as diferentes dimensões humanas (lingüística, intelectual, expressiva, emocional, corporal, social e cultural) [...]”

(FLORIANÓPOLIS, 2010, p.12). O entendimento dos direitos fundamentais das crianças também está relacionado ao acesso e a permanência com qualidade de todas as crianças, especialmente as com deficiência e transtorno global do desenvolvimento, na ação prática pedagógica cotidiana dos Centros de Educação Infantil. Dependendo da situação, isso esta com alguns problemas para acontecer, pois o professor geralmente cumpre a função de cuidar e educar, e com todas as situações existentes em sala, a inclusão passa para segundo plano. Essa criança acaba sendo mais um na sua rotina diária.

De acordo com as Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil (2010), “a responsabilidade pela oferta da citada modalidade educativa (educação infantil) é dos municípios; sendo assim, é no plano local que as políticas são formuladas e as práticas executadas.” (FLORIANÓPOLIS, 2010, p.22). Caracterizando a responsabilidade do município e dos profissionais que atuam nesse segmento, com as crianças matriculadas nas unidades de Educação Infantil e o papel do município na organização das políticas e das práticas.

Nessa perspectiva, a Educação Infantil tem como função “a educação da criança e o cuidado com ela de forma indissociável,” reconhecendo-a como sujeito social de direitos e consolidando a infância enquanto uma categoria social e histórica. (FLORIANÓPOLIS, 2010, p.34).

Sendo assim não podemos negar que a criança, como “sujeito de direito, necessita de proteção, alimentação, higiene, afeto, estímulos garantido seu momento de sono”, tudo isso com mediação de uma pessoa com experiência e formação adequada para um desempenho satisfatório a formação dessa criança, dentro do espaço educacional. (FLORIANÓPOLIS, 2010, p. 34)

No texto da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, repetindo os encaminhamentos da LDB de 1996:

A inclusão escolar tem início na Educação Infantil, onde se desenvolve a bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso as formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. Do nascimento aos três anos, atendimento especializado, se expressar por meio de serviço de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social. (BRASIL, 2008, p.19).

De acordo com as Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil, as crianças necessitam manter-se em relação com as demais e com os adultos, convivendo, aprendendo uma com as outras e assim, por intermédio destas relações tenham a possibilidade de desenvolver suas funções psicológicas superiores. Desta forma, segundo este mesmo documento, o processo de desenvolvimento da criança se realiza na relação com o outro e na aprendizagem. Assim, é no processo de aprendizagem e nas trocas sociais que a criança se apropria de “valores, crenças e conhecimentos” da cultura em que vive. (FLORIANÓPOLIS, 2010, p.24). Como também, na elaboração do “pensamento e linguagem, constitutivos dos aspectos emocionais, cognitivos, psicológicos, sociológicos, dentre outros, de modo a se elementos significativos da conduta, da percepção, da linguagem, do pensamento e da consciência”. (FLORIANÓPOLIS, 2010, p.24).

Seguindo os pressupostos das Diretrizes, é importante que o profissional promova o desenvolvimento da aprendizagem nas situações diárias da criança, nas relações com os outros, nas atividades cotidianas da escola e na sociedade. Assim o acesso a aprendizagem é para todas as crianças, independente da sua condição física, emocional e cognitiva. Sendo assim, considera-se importante a discussão sobre a educação especial para analisarmos o que os documentos tratam sobre este assunto e qual a proposta de atendimento dos sujeitos da educação especial<sup>6</sup>.

### 3. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial se caracteriza, segundo a LDBEN, em seu artigo 58, como “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996, p. 36).

Em 2013 a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional- LDB foi revisada<sup>7</sup>, ficando este artigo com a seguinte escrita, no artigo 58, considera a Educação Especial como

---

<sup>6</sup> Estaremos chamando de sujeitos da educação especial as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, conforme público alvo da educação especial indicado na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva.

<sup>7</sup> A LDB foi revisada em 8 de maio de 2013 pela Câmara dos Deputados em Brasília e esta disponível em: <[http://www.bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb\\_5ed.pdf?...](http://www.bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf?...)> E partes do texto, especialmente em relação a educação especial, a escrita foi modificada.

uma “modalidade da educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação.” (BRASIL, 2013, p. 33).

Na Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001- que Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – CNE e da Câmara de Educação Básica-CEB, a educação especial é caracterizada como,

Art. 3º. Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001, p. 1)

A partir da LDBEN de 1996 e da Resolução nº 2/2001, o conceito de educação especial foi sendo adequado de acordo com o processo de inclusão. De acordo com a Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 elaborada pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Secretaria de Educação Especial (SEESP), a educação especial não é mais considerada como modalidade da educação regular, mas ela está inserida na educação, reduzindo a área da educação especial em atendimento educacional especializado de AEE. A Política Nacional tem como objetivo:

Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 14)

Estes conceitos nos indicam a mudança ao longo deste período de tempo, 1996 a 2008, na área da educação especial e a influência direta nos atendimentos dos sujeitos da educação especial. Atendimentos estes que hoje se restringem somente ao atendimento de AEE, como a resolução das dificuldades de atendimento da Educação Especial. Os conceitos nos indicam especialmente o acesso destes sujeitos a educação, a aprendizagem desde tenra idade, mas não nos indicam a qualidade de permanência destes sujeitos no ensino regular. M

Garcia (2010, p. 19), considera que: “Colocar o foco de nossas preocupações pedagógicas sobre a vida que os alunos levam na escola parece ser uma necessidade para

pensar as políticas públicas de inclusão escolar”, além das dificuldades na locomoção, alimentação e higiene estão também expressas no cotidiano dos educandos a necessidade de adaptações no currículo, apoio, estratégias e materiais diferenciados.

De acordo com documentos oficiais o professor para atuar na Educação Especial deve ter como base em sua formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos na área em que vai atuar. Essa formação possibilitará a atuação no atendimento especializado e em sala de ensino regular.

De acordo com as leituras dos documentos e a relação com a prática escolar vivenciadas em Centros de Educação Infantil, percebi uma dicotomia entre o que está no documento e a prática. Pois a formação que era algo fundamental no processo de inclusão de sujeitos da educação especial, virou banal, sem relevância, já que um profissional sem a formação adequada poderia assumir, informalmente, as funções de professor de Educação Especial.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, faz parte dos objetivos da educação especial a formação de professores, mas para atendimento exclusivamente no Atendimento Educacional Especializado-AEE e não para os demais profissionais da escola. (BRASIL, 2008).

Michels (2001) coloca que, a formação de professores especializados é referida no documento da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) como uma das principais metas desta política. Portanto, para atuarem na Educação Especial, os professores deverão ter, na sua formação inicial e continuada, conhecimentos gerais e específicos da área para facilitar a sua atuação no AEE e não em sala de aula comum. Michels (2001) também observa que “não consta neste documento qualquer indicativo de necessidade da formação dos professores regentes de classe que possuem em suas salas alunos considerados deficientes e considera isso um paradoxo em relação a perspectiva inclusiva , uma vez que esta pressupõe a presença dos alunos com deficiência na classe comum do ensino regular”. (MICHELS apud LEHMKUHL, 2011, p.51) As contribuições de Michels (2001) nos mostram que a PMF cumpre exatamente o que é proposto na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva em relação a formação, por isso, que somente os auxiliares de educação especial participam das formações organizadas pela Prefeitura.

Ainda em relação a formação, Lehmkuhl (2011) considerou importante em sua pesquisa, “A formação tem como finalidade atender as exigências do mercado de uma sociedade capitalista que busca, na construção de uma sociedade do conhecimento, o consenso coletivo, enfatizando a individualização, a competitividade, a qualificação do trabalhador, ‘uma nova pedagogia da hegemonia.’”(Lehmkuhl, 2011, p.142)

De acordo com Kuhnen (2011), a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis organiza as formações de professores, por meio da Gerência de Formação Permanente para toda a rede municipal, como também, pela Diretoria de Educação Infantil e pela Gerência de Educação Inclusiva. Segundo a autora,

As orientações e formações que chegam às UEs para a organização do trabalho pedagógico para os sujeitos da EE na EI na RMF são de responsabilidade de três gerências ou setores: Gerência de Formação Permanente, vinculada à Diretoria de Administração Escolar; Diretoria de Educação Infantil e Gerência de Educação Inclusiva, esta vinculada à Diretoria de Educação Continuada, como se verifica no organograma da RMF<sup>8</sup>. (KUHLEN, 2011, p.98).

Kuhnen (2011) considerou em seu estudo, que as formações não são articuladas entre as duas áreas, da Educação Infantil e da Educação Especial e que os pressupostos teóricos-metodológicos que as fundamentam são distintos, “pois na Educação Infantil a formação é pautada nas Diretrizes da Educação Infantil e a formação da Educação Especial é pensada na perspectiva das áreas de deficiência” (KUHLEN, 2011, p.98). A autora afirma que na sua pesquisa, não percebeu uma articulação em termos de diretrizes pedagógicas entre as duas áreas. (KUHLEN, 2011).

De acordo com os documentos da Prefeitura Municipal de Florianópolis que norteiam a Educação Especial, é de suma importância a formação e o papel do professor auxiliar de ensino da educação especial, mas segundo análise dos documentos nacionais, esta importância é limitada a este profissional e suas atribuições na escola, voltada ao cuidar e ao alimentar.

Segundo o documento da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva, este auxiliar de educação especial é denominado de monitor ou cuidador e para isso não precisa ter formação na área da educação especial. Considerando que,

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de **monitor ou cuidador** aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre

---

<sup>8</sup> O organograma que Kuhnen (2011) se refere se encontra no site da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis. Ver em: [http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/25\\_08\\_2010\\_12.04.58.97fbedddf8cc08ce4543611d59c5b749.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/25_08_2010_12.04.58.97fbedddf8cc08ce4543611d59c5b749.pdf)

outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. (BRASIL, 2008, p. 17, Grifo nosso)

A Política Nacional tira do profissional contratado como monitor ou cuidador o trabalho pedagógico, deixando as atribuições de cuidado, de assistência e não educacional, se sua função está apenas relacionada ao cuidado com a higiene, locomoção e alimentação, como um cuidador das necessidades básicas, realmente não há necessidade de um profissional com formação específica na área de Educação Especial.

De acordo com os documentos da PMF este profissional deve trabalhar com as especificidades das crianças com deficiência e transtorno global do desenvolvimento, para que se desenvolvam, interajam e aprendam no ambiente escolar, o que contrapõe ou não, aos encaminhamentos da política nacional.

O autismo é uma das peculiaridades deste atendimento, já que, para este tipo de transtorno global do desenvolvimento existe a possibilidade de contratação de mais um profissional em sala, o professor auxiliar de educação especial. Neste sentido é essencial conhecermos um pouco mais sobre o autismo e suas características.

### 3.1. Autismo

Segundo o Manual da Classificação Internacional de Doenças-CID 10 (2001) o conceito de autismo, é,

[...] caracterizado por um desenvolvimento anormal ou alterado, manifestado antes da idade de três anos, e apresentando uma perturbação característica do funcionamento em cada um dos seguintes domínios: interações sociais, comunicação e comportamento focalizado e repetitivo. Além disso, o transtorno se acompanha comumente de numerosas outras manifestações inespecíficas como, por exemplo, fobias, perturbações de sono ou da alimentação, crises de birra, de agressividade ou auto - agressividade (CID 10/OMS).

Em relação aos critérios de identificação dos sujeitos com autismo Klin (2006), nos coloca que há critérios para identificar clinicamente estes sujeitos. Nos aspectos da linguagem e comunicação, demonstra as seguintes características:

Quatro critérios definidores de “Prejuízo qualitativo na comunicação” incluem atrasos no desenvolvimento da linguagem verbal, não acompanhados por uma tentativa de compensação por meio de modos alternativos de comunicação, tais como gesticulação em indivíduos não-verbais; prejuízo na capacidade de iniciar ou manter uma conversação com os demais (em indivíduos que falam); uso estereotipado e repetitivo da linguagem; e falta de brincadeiras de faz- de conta ou

de imitação social (em maior grau do que seria esperado para o nível cognitivo geral daquela criança). (KLIN, 2006, p. 54)

Nas interações, segundo Klin (2006), é comprometida, e é comum o isolamento desses sujeitos:

Há quatro critérios de definição no grupo “Prejuízo qualitativo nas interações sociais”, incluindo prejuízo marcado no uso de formas não-verbais de comunicação e interação social; não desenvolvimento de relacionamentos com colegas; ausência de comportamentos que indiquem compartilhamento de experiências e de comunicação (e.g., habilidades de “atenção conjunta” - mostrando, trazendo ou apontando objetos de interesse para outras pessoas. (KLIN, 2006, p. 54)

Em relação ao comportamento as características definidas por Klin (2006), são:

Quatro critérios no grupo “Padrões restritivos repetitivos e estereotipados de comportamento, interesses e atividades” incluem preocupações abrangentes, intensas e rígidas com padrões estereotipados e restritos de interesse; adesão inflexível a rotinas ou rituais não-funcionais específicos; maneirismos estereotipados e repetitivos (tais como abanar a mão ou o dedo, balançar todo o corpo); e preocupação persistente com partes de objetos (e.g., a textura de um brinquedo, as rodas de um carro em miniatura). (KLIN, 2006, p. 54).

O sujeito com Autismo, também chamado de Espectro do autismo tem níveis de funcionamento diferentes, ou seja,

As pessoas com autismo clássico podem variar de pessoas com inteligência acima da média e habilidades verbais para aqueles com alterações cognitivas e uma completa falta de linguagem falada. Quando uma pessoa cai sobre este espectro pode determinar o tipo de serviços que ele ou ela precisa para ter sucesso na vida. Nível de funcionamento pode e muitas vezes a mudança com tratamento, para uma pessoa diagnosticada com autismo de baixo funcionamento pode, eventualmente, chegar a um nível mais elevado. (PESSOA, 2013)

Em geral, as pessoas com autismo clássico podem ter um desses níveis de funcionamento:

Alto funcionamento que é caracterizado por QI médio ou acima da média, a língua falada clara com algum prejuízo na utilização funcional, o comportamento social incomum e os padrões de comportamento repetitivos ou restritiva; Autismo moderado envolve QI normal ou quase normal, alguns desafios de linguagem, comportamento social incomum, comportamento repetitivo ou restritiva e alguns desafios emocionais; Baixo funcionamento é diagnosticado quando o QI é médio ou abaixo da média, o discurso é limitado ou completamente ausentes, habilidades sociais são muito limitadas, e comportamentos repetitivos e restritiva e desafios emocionais são extremas. (PESSOA, 2013)

De acordo com as leituras, em relação ao comportamento ficou esclarecido que, para realizar alguma intervenção é preciso conhecer as características desses sujeitos autistas

articulando as informações dos atendimentos especializados da educação e da saúde além das informações do contexto familiar para que esses educandos possam ser atendidos em suas necessidades específicas e desenvolver-se em seu processo de aprendizagem.

É interessante perceber no cotidiano da escola que crianças até os três anos de idade, que não oralizam, os pais geralmente se preocupam e levam ao médico e ao um fonoaudiólogo, para resolver a questão da fala. E que muitas vezes consideram que pode ser uma questão relacionada à audição. No autismo infantil a criança também apresenta comprometimento na fala, verbalizando somente algumas palavras, balbucios ou nada.

Mas além da fala comprometida, as crianças com autismo infantil podem apresentar movimentos repetitivos, estereotípias, e dificuldades de interação social. Muitas vezes se isolam nos momentos de propostas educacionais coletivas, pois apresentam dificuldades de interação social. Percebe-se com as leituras o quanto é importante o conhecimento da área da educação especial, já que o embasamento da área nos auxilia no trabalho com sujeitos da educação especial e com todas as crianças.

O processo de inclusão escolar inicia na Educação Infantil perpassando todos os níveis e etapas da educação regular, sendo a base do desenvolvimento infantil e conseqüentemente, da apropriação do conhecimento. De fato nesses ambientes pode-se explorar o lúdico, aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais.

Nas leituras dos trabalhos científicos do balanço das produções com esta temática, realizadas para este trabalho, 20 trabalhos acadêmicos tratavam sobre a educação infantil e o autismo, sete teses e dissertações tratavam sobre o psiquismo da criança com autismo ou as questões comportamentais, relacionadas a área da psicologia, onze trabalhos científicos relacionadas a prática pedagógica na educação infantil para sujeitos com autismo. Um artigo científico sobre a formação de professores em relação ao autismo. Percebe-se que na área do autismo há uma necessidade de trabalho interdisciplinar das diferentes áreas do conhecimento, já que a criança com diagnóstico de autismo possuem características e comportamentos específicos de se relacionar com o mundo e com os outros. Desta forma, o processo de escolarização precisa ser acompanhado por diferentes profissionais, mas especialmente pelo professor de educação infantil.

#### 4. O CONTEXTO LEGAL E O PROCESSO DE INCLUSÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

O sistema de ensino de Florianópolis é referência como ensino inclusivo no Ministério da Educação, sendo divulgado como uma das propostas exitosas da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) deste Ministério. Desta forma, consideramos importante discutirmos o contexto legal e o processo de inclusão na PMF.

Consideramos que as políticas públicas na área da Educação se referem a um momento histórico e que representam várias disputas de entendimento e perspectivas. Ao analisarmos os documentos estas questões serão levadas em conta, para a compreensão de que no contexto atual essas propostas serão consideradas princípios que norteiam a prática pedagógica.

A Constituição Federal de 2008 (BRASIL, 2008) traz como um dos seus objetivos no art.3º, inciso IV, “promover o bem a todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 2008). Define, no artigo 205, que “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 2008, p.136). No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições para acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante, como dever do Estado, no art. 208, “a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.” (BRASIL, 2008, p.137) .

Também é no espaço escolar que ocorre o processo de inclusão de todas as crianças, especialmente as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Partindo deste pressuposto, devemos refletir sobre as práticas pedagógicas, práticas do cotidiano escolar e as relações sociais estabelecidas.

Destacamos as contribuições de Vygotsky (1994), que em sua obra escreve a importância do social na construção do sujeito. Enfoca também a relação entre o desenvolvimento e a aprendizagem, defendendo que o desenvolvimento não se dá somente na dimensão biológica, mas nas relações sociais, na relação com o outro.

Para Vygotsky (1994): “não há diferença, quanto aos princípios de desenvolvimento, mas existem particularidades na forma como pessoas aprendem e na forma como se desenvolvem, assim como são distintos os recursos necessários para sua aprendizagem.” (Vygotsky, 1994, p.22). Ao considerarmos o processo de compreensão da criança, não deve ser relacionado como algo natural, ou seja, não acontece naturalmente, é necessário em muitos momentos, a intervenção do meio social.

De acordo com LDBEN (BRASIL, 2013). O atendimento educacional será realizado, “em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.” (BRASIL, 2013, p. 33) Os serviços de educação especial serão oferecidos a partir, “da faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.” (BRASIL, 2013, p. 34). Assim a Educação Especial, consiste um conjunto de recursos e estratégias de apoio que devem estar à disposição de todos os alunos, e ofertando diferentes alternativas de atendimento e perpassando transversalmente todos os níveis de ensino.

Segundo o Plano Municipal de Educação de 2009, a Educação Especial na rede municipal de Florianópolis é uma modalidade de ensino que “perpassa todos os níveis, etapas e modalidades; realiza o atendimento educacional especializado; disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular” (FLORIANÓPOLIS, 2009, p. 91). De acordo com o documento municipal, os encaminhamentos da Política Municipal estão de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva. (MEC, 2008). A Política local está em consonância com a Política Nacional.

Nessa perspectiva, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço para o atendimento de sujeitos da educação especial que frequenta a rede regular de ensino. E como este atendimento se organiza na educação infantil? Desta forma, buscamos na legislação nacional e municipal a organização deste serviço.

De acordo com o Decreto nº 7.611 de 17/11/2011 que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado. No Artigo 5º, alínea 3º “As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado”. (BRASIL, 2011). Estas salas fazem parte das estratégias da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do MEC/2008, que institui:

O programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, que disponibiliza recursos pedagógicos e de acessibilidade para a organização e ampliação da oferta do AEE complementar ou suplementar á escolarização, na rede publica de ensino (BRASIL. 2008).

Na Rede Municipal de Florianópolis, o atendimento aos sujeitos da Educação Especial é realizado nas unidades educacionais pólos organizados na forma de atendimento educacional especializado, oferecido com apoio de salas de recursos multifuncionais, denominadas, nessa rede, salas multimeios. ( FLORIANÓPOLIS, 2008, p.75-76).

Esses serviços estão especificados no Documento Orientador da Educação Especial de Municipal de Florianópolis, no qual as salas multimeios são caracterizadas como:

As SMs são espaços localizados em 19 UEs da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, com o objetivo de oferecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades/Superdotação desta rede.

Este serviço constitui oferta obrigatória dos sistemas de ensino, com participação facultada ao aluno e/ou seus pais e/ou responsáveis no AEE. (FLORIANÓPOLIS, 2010, p. 2)

No Documento Orientador da Educação Especial na rede de ensino de Florianópolis (FLORIANÓPOLIS, 2010), consta que o AEE é um serviço de atendimento especializado realizado em salas multimeios indicado a pessoas com deficiência e transtorno global de desenvolvimento. De acordo com este documento, este serviço é disponibilizado para as crianças de quatro meses a cinco anos e 11 meses nas instituições de Educação Infantil que frequentam e presta o atendimento ao aluno e orienta os professores nas escolas. O profissional responsável por este serviço é exclusivamente o professor de AEE.

De acordo com o documento da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva o professor de AEE, “tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”. (BRASIL, 2008) Tem também como função, orientar os demais profissionais das escolas em relação às especificidades de aprendizagem dos alunos da educação especial. Em função do quantitativo de escolas com alunos da educação especial e o número reduzido de professores de AEE (Atualmente a Secretaria Municipal de Educação possui 19 salas de multimeios para atender 520<sup>9</sup> alunos com algum tipo de deficiência na rede municipal de Florianópolis). De modo que

---

<sup>9</sup> Dados retirados do site oficial da Secretaria Municipal de Educação do Município de Florianópolis. Disponibilizado em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/?pagina=notpagina&menu=&noti=12520>

o professor de AEE que deveria orientar sistematicamente os profissionais da educação, muitas vezes só consegue ir até a escola, uma vez por semana, não participando do cotidiano e das dificuldades diárias dos professores e alunos da escola.

Conforme a Portaria nº 007/2014 que estabelece as Diretrizes para a contratação de professor auxiliar de Educação Especial na rede municipal de ensino de Florianópolis, estabelecendo que,

Art. 1º Fica assegurado a contratação de professor auxiliar de educação especial para estudantes com deficiência e com transtornos do espectro autista, nos termos desta portaria.

§ 1º A contratação de professor auxiliar de educação especial será autorizada, quando as condições do estudante com deficiência e com transtorno do espectro autista assim, nos termos desta portaria, tendo em vista que nem todos os estudantes com deficiência ou com transtorno do espectro autista necessitam de professor auxiliar de educação especial.

§ 2º A contratação de professor auxiliar de educação especial deverá atender a critérios nesta portaria, levando-se em consideração o grau de funcionalidade das habilidades motoras e das acessibilidades ao ambiente educativo.

§ 3º Somente em casos específicos, avaliados pelos professores das salas multimeios e autorizados pela Gerência de Educação Inclusiva, o professor auxiliar poderá acompanhar a um único estudante.

§ 4º A contratação de professor auxiliar de educação especial deverá ser precedida de solicitação da Gerência de Educação Inclusiva, mediante parecer descritivo individual e tempo de contratação, providenciados pela direção da unidade educativa, equipe pedagógica e profissionais das salas multimeios.

§ 5º Cabe à Gerência de Educação Inclusiva analisar o requerimento e emitir parecer, de acordo com os critérios específicos nesta portaria. (FLORIANÓPOLIS, 2014, p. 1)

O profissional responsável na unidade escolar pelos sujeitos da educação especial é o professor auxiliar especial, que recebe orientação para cada aluno e suas especificidades. A contratação deste profissional dependerá de avaliação da equipe técnica da Gerência de Educação Inclusiva, juntamente com os professores da sala de multimeios, sobre se a criança tem direito ou não a este profissional.

Com base na leitura dos documentos nacionais e municipais, sentimos a necessidade em ouvir os professores que atuam em uma das de educação infantil da rede municipal de Florianópolis, por meio de questionário. A legislação regulamenta as políticas públicas e normatizam que as crianças tem o direito a uma educação de qualidade e acesso, mas em relação ao direito de ter atendimento de um professor auxiliar de educação especial, isso é decidido pela equipe de educação especial da Prefeitura.

De acordo com o documento do Plano Municipal (FLORIANÓPOLIS, 2010) da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, que tratam sobre a educação especial, o serviço de Atendimento Educacional Especializado tem como diretrizes:

Desenvolver a política de inclusão, democratizando o acesso e a permanência do aluno com deficiência no ensino regular. Quanto mais o AEE for oferecido na escola comum, mais estará afirmando o seu papel de oportunizar a inclusão. Os problemas desse aluno devem ser tratados e discutidos no dia a dia da escola e com todos os que nela atuam.

Reconhecer o direito de todas as crianças à educação, pois a escola é o lugar em que os alunos estão sendo formados para a vida pública, construindo sua identidade, a partir dos confrontos com as diferenças e a convivência com o outro.

É de responsabilidade das escolas e suas respectivas redes de ensino a organização para o atendimento (AEE) às crianças e aos adolescentes com deficiência, assegurando-lhes as condições necessárias para uma educação de qualidade. (Plano Municipal. 2009, p.91-92)

Neste contexto, relacionando com a legislação da Educação Especial no Brasil, percebemos que a área ainda não conseguiu superar a abordagem clínica ligada ao diagnóstico e a patologia, pois o foco principal da Política Nacional de Educação Especial não é o ensino e a aprendizagem dos sujeitos, mas a implantação de AEE, destinado a um atendimento separado para os sujeitos da educação especial. Lehmkuhl (2011) corrobora com este entendimento quando acentua que a área da Educação Especial sofre fortes influências de outras ciências na prática pedagógica, principalmente da medicina e da psicologia. Desta forma, o laudo diagnóstico permanece sendo a referência para o atendimento dos sujeitos com deficiência e transtorno global do desenvolvimento como o autismo, na rede regular de ensino.

Ao tratarmos da formação de professores, Lehmkuhl (2011) nos esclarece que a legislação brasileira como, por exemplo, a LDBEN/1996 determina que os professores devam ser capacitados pela União, Estados e Municípios para atuar na área da Educação Especial, “que o professor especializado é que deve atuar com ‘educando com necessidades especiais’” (LEHMKUHL, 2011, p.140).

A formação de professores no município de Florianópolis as Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil (2010), esclarecem que, o professor regente tem um papel determinante na formação da criança e principalmente que os professores que atuam diretamente com as crianças sejam professores da educação infantil.

Em relação ao papel do professor, as Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil (2010) encaminha que, todas as crianças necessitam assimilar um determinado conjunto de habilidades, como: físicas, intelectuais, linguísticas, sociais e artísticas, entre outras, tendo em vista que as aptidões humanas estão postas na cultura. Por intermédio desta apropriação irá produzir as funções psicológicas superiores e assim fazer as

relações conceituais adequadas a cultura. (FLORIANÓPOLIS, 2010). Assim é de responsabilidade do professor a mediação dos processos educativos em diferentes formas. Assim, é o professor que, “tem a responsabilidade pelo processo de aprendizagem e, em consequência, do desenvolvimento das crianças”. (FLORIANÓPOLIS, 2010, p.24).

Diante das proposições das Diretrizes em relação ao papel do professor que nos mostra a responsabilidade sobre a formação das crianças, porque na atuação com sujeitos com autismo a formação de todos os professores não é colocada em prática?

A perspectiva de uma educação para todos tão disseminadas nos documentos, está longe de acontecer, já que, a realidade cotidiana nos aponta para outra realidade, aponta uma grande parcela de crianças excluídas, fora do sistema educacional, sem a possibilidade de acesso a escolarização, mesmo com tantos esforços para universalização do ensino.

Na Declaração de Salamanca, documento escrito com uma relação de “boas” intenções, mas que não garante o acesso e nem a permanência de nenhuma criança na escola muito menos os sujeitos da educação especial, conforme:

- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (UNESCO,1994, p.1).

Sabemos que não será um protocolo de intenções, que dará subsídios ao processo de inclusão das pessoas com deficiência, ao contrário precisamos de educação de qualidade para superar a exclusão, a marginalização e a discriminação destes sujeitos.

Citando as Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil, onde considera que, “as novas gerações necessitam manter-se em relação com as demais, para que, por intermédio destas relações, desenvolvam suas funções psicológicas superiores”. (FLORIANÓPOLIS, 2010, p. 24). Para Vygotsky (1994), as novas gerações aprendem na

relação com o outro, na apropriação do conhecimento socialmente construído e assim, se apropriam dos valores, das normas, das crenças e dos conhecimentos.

De acordo com Leontiev a atividade principal caracteriza-se como “a atividade em cuja forma surgem outros tipos de atividade e dentro da qual eles são diferenciados [...], atividades geneticamente ligadas a ela” (LEONTIEV, 1988, p. 64 apud FLORIANÓPOLIS, 2010, p. 25). A atividade principal, portanto, agrega em torno de si um conjunto de atividades de outras origens, que irão modelar no indivíduo competências e capacidades distintas, no entanto igualmente significativas e complementares entre si, necessárias ao desenvolvimento pleno do ser humano.

Os professores estão tentando organizar sua prática para atender as diferenças individuais, atividades que contemplem diferentes formas de linguagens e com adequações de recursos vêm sendo promovida dentro das instituições do ensino regular. No entanto, requerem metodologias, procedimentos pedagógicos, materiais e equipamentos adaptados.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial do MEC (2008), para assegurar a educação especializada algumas medidas deverão ser tomadas, como: aumento da oferta de serviços de educação especial com equipamentos, equipe qualificada, material didático especializado e espaço físico adequado às necessidades especiais dos sujeitos da educação especial. Estas medidas ainda não foram universalizadas, pois os serviços de educação especial equipados com os recursos necessários para o atendimento dos sujeitos da educação especial no município de Florianópolis se restringem as 19 salas de recursos multifuncionais.

O atendimento às crianças na faixa etária de zero aos três anos está previsto no documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que apresenta proposta de serviço de intervenção precoce para as crianças/sujeitos da EE:

A inclusão escolar tem início na educação infantil, na qual se desenvolve as bases necessárias para a construção do conhecimento e o desenvolvimento global . Nessa estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social. (BRASIL, 2008, p. 16)

No entanto, a falta de atendimento educacional especializado, principalmente na educação infantil, com carências de recursos pedagógicos adaptados e de equipe especializada, como também, inadequação do ambiente físico, falta de novas propostas de ensino, descontinuidade e planejamento e ações, desigualdade de oportunidades, vem dificultando o acesso de muitas crianças com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento ao ensino regular, mesmo o mínimo que é o AEE, nem todos tem acesso.

Batista (2007) nos alerta que frequentar a escola permitirá a criança adquirir progressivamente conhecimentos cada vez mais complexos, exigidos pela sociedade. A escola possibilita o acesso de conhecimentos culturais e conceituais, cujas bases são indispensáveis para a formação de qualquer indivíduo. De acordo com o autor, essas questões são direitos das crianças, mas dependendo do contexto escolar a criança com deficiência ,ainda acaba ficando sem os mínimos direitos oferecidos.

A responsabilidade perante a educação dos alunos com deficiências ou transtorno global do desenvolvimento não pode estar limitada ao auxiliar de ensino de educação especial como ocorre frequentemente no cotidiano das escolas. É preciso “assumir a responsabilidade da escola na sua complexidade, e, portanto, implica que os agentes escolares (diretor, supervisor, professor, funcionários em geral) estejam atentos às dificuldades de cada aluno e procurem pelo aprofundamento dos conhecimentos historicamente acumulados” (JANNUZZI, 2004, p. 22).

Desta forma, a instituição deve adotar um curricular escolar que possibilite o acesso ao conhecimento de todos os alunos indiscriminadamente, e na educação infantil isso não é diferente. A criança se apropria por meio do lúdico, das brincadeiras em grupos e individuais, na permitindo o desenvolvimento global da criança por meio da estimulação em diferentes áreas, além disso: condições de atendimento, formação, recursos, etc.

Segundo os professores de uma unidade escolar como estas instituições estão se organizando? Desta forma, apresentaremos os dados dos questionários. Os questionários foram distribuídos em reunião pedagógica para 38 profissionais da escola, retornando somente nove. Ou seja, 29 questionários não foram entregues a pesquisadora. Foi decidido em reunião de orientação que iríamos analisar os nove questionários, mesmo considerando um número efêmero.

Os questionários foram entregues aos professores e indicado que não precisariam ser identificados pelos profissionais da instituição, mas que respondessem com maior fidedignidade possível as perguntas. (ANEXO 1).

Foi realizada a leitura dos questionários, a quantificação dos itens relacionados a gênero, idade, tempo de serviço em educação, cargo de contratação e o desempenhado na instituição e a formação acadêmica.

Nesta primeira análise, do perfil dos profissionais que responderam as questões, tivemos o seguinte panorama: predominância de 100% do gênero feminino, na faixa etária entre 20 a 50 anos aproximadamente. O tempo de serviço dos professores questionados é majoritariamente entre 10 a 25 anos em sala de aula, nos mostrando que a maioria tem experiência docente, somente duas professoras que responderam o questionário que tem três anos de prática de ensino. Das profissionais que responderam três, são professoras regentes de sala de aula, três são auxiliares de sala de aula, três que assumem na instituição dupla função, duas em um período são professoras regentes e em outro período auxiliares de sala de aula, e a uma que assume a função de auxiliar de sala e de direção da instituição. Conforme quadro abaixo.

Quadro 1- Dados Censitários dos Questionários

Faixa Etária				Sexo		Função			Tempo de Serviço		
20/30	31/40	41/50	>50	FEM.	MASC.	PROF.	AUX. DE SALA	PROF. ED. ESPECIAL	0-5	6/10	11-20
2	4	2	1	9	0	5	4	1	5	4	1

Fonte: Elaborado com dados retirados dos questionários com os professores.

Em relação a formação acadêmica, das nove profissionais que responderam o questionário cinco tem formação em pós-graduação *lato sensu* com especialização, duas tem formação acadêmica em pedagogia e duas ainda estão cursando o curso de pedagogia. Das professoras com formação em especialização uma tem especialização na área da educação especial e outra na área de psicopedagogia. Conforme quadro 2.

Quadro 2 – Formação Acadêmica

Graduação	Pós-Graduação
-----------	---------------

<b>Com Pedagogia</b>	<b>Sem Pedagogia</b>	<b>Especialização</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Sem Especialização</b>
6	2	5	0	0	4

Fonte: Elaborado com dados retirados dos questionários com os professores.

Nesta pesquisa mostrou-se que para assumir a função de professora deve-se ser habilitada em educação infantil, sendo que ainda duas estão no processo de término de conclusão de graduação, e as demais já possuem a titulação de pedagogia. Cinco professoras também já apresentam o certificado de especialização.

Em relação à faixa etária das professoras havia duas com a idade entre 20 e 30 anos, quatro com idades entre 31 a 40 anos; duas com idades aproximadamente entre 41 a 50 anos, e uma acima de 50 anos. Nota-se que as idades são bem variadas. Em relação à função desempenhada na instituição, são: cinco professoras, três auxiliares de sala e uma auxiliar de sala com formação em educação especial. Todas são mulheres, mostrando que ainda prevalecem nessa função, o sexo feminino. (Conforme quadro 1).

O tempo de serviço varia muito ficando assim configurado: duas com apenas menos de cinco anos; três entre 5 e 10 anos na função, duas entre 11 e 20 anos, uma com 19 anos e a última com 25 anos de carreira. (Conforme quadro 1).

Em uma segunda etapa, analisamos detalhadamente as respostas referentes à temática pesquisada. A primeira questão: 1) Você tem alunos da Educação Especial em sua sala? Ou já teve? Nesta resposta observamos que quatro professores não tiveram nenhuma experiência com crianças com diagnóstico de autismo. Duas professoras já tiveram a experiência, mas em anos anteriores; uma com orientação pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- (APAE), que:

a formação é muito importante, mas não foi o suficiente para adquirir conhecimentos necessários para acompanhar o desenvolvimento daquela criança. Na minha opinião é necessário mais capacitação, mais informação, pois dependendo do grau do autismo pode ser que não saberemos lidar ou trabalhar de forma correta com a criança e nem fazer com que seja inserido(sic) .

Na questão sobre se tem alunos com autismo: Você tem alunos com diagnóstico autista? Ou já teve? Uma professora relatou que já teve uma criança com diagnóstico de autismo e teve pouca orientação da equipe da sala de multimeios, na rede municipal de Florianópolis. A professora relata que foi de suma importância a vinda até a escola dos

profissionais do AEE que atuam nas salas de multimeios, porém insuficiente, já que as visitas eram quinzenais ou mensais.

Esta professora ainda descreveu que o processo de inclusão de: “receber uma criança com diagnóstico de autismo é sempre gratificante, porém sem acompanhamento especializado não tem ‘valor’ isto é, sem um auxílio de pessoas com mais instrução, para o suporte necessário para acompanhar o desenvolvimento desta criança e para o profissional.”(sic)

De acordo com o depoimento do profissional possui carga horária de vinte horas em duas unidades na rede municipal de Florianópolis e que teria uma criança que foi para avaliação médica. “Ao sair o laudo médico, foi feito um encaminhamento para a equipe da sala multimeios para avaliação, sem retorno até o momento.”(sic)

Uma das professoras que respondeu o questionário relatou sobre as mínimas informações adequadas sobre as salas de multimeios, coloca que “possui informação de que as salas multimeios, trabalham com crianças especiais, quando possuem diagnóstico médico. E que parece ser um trabalho individualizado e periódico.” (sic) Esta mesma professora considera que “o processo de inclusão é importante, pois com seus resultados poderemos conseguir inserir socialmente as crianças com síndrome de autismo e acredito que aja muitas pesquisas nesta área.” (sic)

O último questionário analisado, a professora relata que possui um aluno com diagnóstico de autismo.

Que recebeu somente uma visita da equipe da sala multimeios, e que foi dada algumas indicações. Esse indicativo seria ter atenção com as singularidades da criança com diagnóstico. E que essa visita foi de observação, provavelmente para analisar se há a necessidade ou não de professor auxiliar de educação especial, porque essa equipe é que esta apto pela portaria da rede municipal, avaliar a necessidade do aluno. A professora reafirma que no processo de inclusão da criança com síndrome de autismo, os resultados vem através da percepção, observação e registro, procurar incluir a criança em todos os momentos em sala de aula, e em outros momentos deixar a criança “livre,” para que possa expressar suas emoções. A intenção do trabalho é que a criança possa aprender a ser autônoma, enquanto ser social. (sic)

Os professores propuseram no questionário alguns apontamentos para melhorar o atendimento das crianças com autismo, como: a necessidade de mais capacitação, mais informação sobre o autismo e assim, poder fazer um trabalho com mais qualidade. Outra queixa é a falta de suporte em sala, um suporte relacionado a orientação ou troca de

informações sobre as atividades pedagógicas mais adequadas para o efetivo trabalho com estas crianças.

Em relação a formação de professores: os cursos devem ser para todos, independente da sua função, pois as crianças dentro do espaço escolar é de responsabilidade de todos, e esse “todo” deve saber como agir com todas as crianças e especialmente as com diagnóstico de autismo. Essa formação não deve se restringir somente a quem esteja naquele momento trabalhando com a criança, pois ela será de todos no decorrer da sua vida escolar.

## 5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Pode-se perceber com análise dos documentos e questionários, que o município de Florianópolis esta em consonância a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), nos seguintes aspectos: na definição de salas de multimeios como salas pólos que não atendem diretamente todos os alunos da educação especial, de professores de Atendimento Educacional Especializado que definem quais os alunos que irão frequentar o serviço, o professor auxiliar de educação especial como único responsável pelo aluno com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento na escola e a formação de somente os professores da educação especial e não de toda a escola.

Crianças com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento têm seus direitos garantidos em leis nacional, estadual e municipal, mas qual é a qualidade deste atendimento na educação infantil? Fica claro então que todos os responsáveis (pais e professores) devem cobrar a qualidade de atendimento de todas as crianças sem distinção. As legislações são prescritivas e normativas, que legislam para satisfazer uma parte da população e não todas. Assim as legislações passam a ter vários sentidos e significados, e os órgãos competentes como as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação organizam os serviços. Que perspectiva de inclusão é esta que não atende todo mundo? Que não forma todos os professores? Que não possibilita o acesso de todos ao ensino?

Para os profissionais que estão atuando na rede municipal de ensino muitos não tiveram formação inicial em educação especial, por isso, se faz necessário que a formação continuada oferecida pela Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis contemple todos os profissionais da escola, especialmente quando a temática proposta for da área da Educação Especial. Ao contrário a realidade é que as formações são organizadas por área de

atuação. Se o professor é da Educação Infantil faz curso ligada a área da educação infantil, e se o professor é da área da Educação Especial faz curso na área específica de atuação, não um diálogo entre as áreas e muito menos nas formações continuadas propostas pela PMF. As formações passam ser fragmentadas e frágeis, com a participação de profissionais com formação na área de atuação ou com temáticas específicas para solucionar um problema episódico, como por exemplo: organização do espaço educativo na educação infantil, sexualidade, organização do refeitório, entre outros. Ou seja, somente os profissionais da área da Educação Especial recebem formação na atuação de como trabalhar com alunos da educação especial.

A vida escolar do aluno com deficiência ou transtorno global do desenvolvimento não pode ser responsabilidade apenas dos professores auxiliares de educação especial, deste modo à formação no âmbito da educação especial é uma necessidade para todos os profissionais da escola. Porque para a escola ter este profissional, a equipe da sala multimeios tem que autorizar a contratação, avaliar a necessidade de contratação para assim, para assim ser ou não contratado.

O professor auxiliar de educação especial só é contratado, de acordo com a Portaria nº 007/2014 que estabelece as Diretrizes para a contratação de professor auxiliar de Educação Especial na rede municipal de ensino de Florianópolis a se os alunos da educação especial forem prejudicados. Conforme a portaria este professor só será contratado se as “condições de funcionalidade das habilidades motoras e das acessibilidades ao ambiente educativo” (FLORIANÓPOLIS, 2014, p. 1) do estudante com deficiência e com transtornos do espectro autista forem prejudicadas. Confirmando o caráter de monitoria e de cuidador previsto na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva.

E ainda quando encontramos o profissional auxiliar de ensino de educação especial em uma escola, onde os demais profissionais não possuem formação em educação especial, este profissional fica sendo o único incumbido pela escolarização desses alunos.

Em relação a Portaria nº 007/2014, consta que a contratação de professor auxiliar em educação especial, da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, que além de uma criança com autismo, tem que ter mais uma criança com deficiência para tem um professor auxiliar de educação especial em sala para um suporte pedagógico.

Outro ponto que apareceu nos questionários aplicados aos professores foi em relação ao número de alunos em sala, pois a cada dia o número de alunos por sala aumentam

dependendo da demanda da comunidade. Desta forma, em relação as crianças com diagnóstico de autismo, me parece que as coisas estão se tornando mais difíceis, pois em uma sala de aula com crianças se torna muito complicado, são apenas dois profissionais para um número “x” de alunos, esse número de alunos depende do grupo de trabalho que vai de 15 crianças até 25 em sala. Não há garantia por legislação municipal que em casos de ter alunos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento o número de crianças permaneçam ou ainda, que respeitem o limite fixo de crianças por sala, pois temos em alguns momentos recebendo crianças encaminhadas pelo Ministério Público, e acabamos ficando com um número de alunos excessivos em sala de aula.

Os professores que responderam o questionário relataram sobre a falta de suporte em sala de aula, registraram suas angústias, pois a política não resolve os problemas na sua totalidade, especialmente das salas multimeios, com orientações sistemáticas dos profissionais do Atendimento Educacional Especializado.

Assim sendo, a formação referente a Educação Especial, deve ser a todos os profissionais que atuam em sala de aula, digo “ todos”, pois no início do ano letivo ou no decorrer do ano, não sabemos qual criança que receberemos na instituição , se com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou não. Mesmo que tenha um professor titular e uma auxiliar de sala, dependendo do número de crianças, haverá a necessidade de mais um profissional especializado para atuar com toda rotina de sala de aula da educação infantil, sem contar com a diversidade existente em cada grupo de trabalho.

Nesta pesquisa que foi a análise dos documentos, complementando com os questionários, a maioria dos professores descreveram a necessidade de formação ou orientação para os trabalhos diários em sala de aula, especialmente ao nos depararmos com crianças com deficiência ou com autismo. As orientações do Atendimento Educacional Especializado deverão ter uma frequência maior, conforme a especificidade da criança, da professora e da escola, para desta forma, diminuir a angústias e ansiedades geradas pela falta de conhecimento. E não somente visitas de observação da criança, ou passadas rápidas para saber sobre o aluno.

Em relação ao professor que tem o aluno com diagnóstico de autismo, fica sobrecarregado por falta de estrutura, de apoio e condição de trabalho, falta de formação adequada, orientação e articulação com o professor do AEE, entre outras coisas.

Ao concluir este trabalho, não temos a pretensão de responder todas as questões sobre a temática, mas minimamente subsidiar ou auxiliar na perspectiva de uma educação que melhor atenda toda a criança independente da sua condição, com respeito, responsabilidade de todos. Em relação à legislação proposta pela PMF está sendo colocada em prática, porém da forma demonstrada no trabalho, assim, nós professores que estamos em sala, nos sentimos sozinhos sem o apoio necessário.

## REFERÊNCIAS

AAMR Trata-se da definição da **Associação Americana de Retardo Mental** de 2002, traduzida e publicada no Brasil em 2006.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. **Atendimento Educacional Especializado**. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Indexação**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.40 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 18 de dezembro de 2008.

Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 7 mar. 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Revisada em 8 de maio de 2013. Disponível em: <[http://www.bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb\\_5ed.pdf?..](http://www.bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf?..) > Acesso em: 28 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva -2009**.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB nº 04**, de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: <[blogdocne.blogspot.com/2009/.../resolucao-cneceb-n-042009.html](http://blogdocne.blogspot.com/2009/.../resolucao-cneceb-n-042009.html)>. Acesso em: 10 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm). Acesso em: 28 jul. 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Caderno de Apresentação**. Formação do Professor Alfabetizador / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional.—Brasília : MEC ,SEB, 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Caderno de Educação Especial: a alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional.—Brasília : MEC ,SEB, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF. 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf). Acesso em: 28 jul. 2014.

CIRILO, M, A. **Deficiência mental e discurso pedagógico contemporâneo**. 2008.150p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BAKTHIN. M. Maxismo e filosofia de linguagem. 8ª edição. São Paulo:HUCITEC, 1997.

FLORIANÓPOLIS. **Plano Municipal de Educação**. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. Florianópolis. 2010.

FLORIANONÓPOLIS. **Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil**. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. Florianópolis: Prelo Gráfica e Editora Ltda. 2010

FLORIANONÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. **Documento Orientador da Educação Especial na Rede Municipal de Florianópolis**. In: FLORIANÓPOLIS. Educação Continuada, Gerência de Educação Inclusiva. Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=gerencia+de+educacao+inclusiva&menu=8>>. Acesso em: 28 agosto 2014.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Políticas inclusivas na educação: do global ao local. In.: BAPTISTA, Claudio Roberto et al. (Orgs.) **Educação Especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

GLAT, Rosana **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7letras, 2007.

JANNUZZI, Gilberta. **Algumas concepções de educação do deficiente**. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 25, n. 3, p. 9-25, maio 2004.

KUNNEN, Roseli T. A organização da Educação Infantil na rede municipal de Florianópolis para atender os sujeitos da Educação Especial. In: Seminário Nacional de Pesquisadores em

Educação Especial, 7., 2011, Vitória. **Anais eletrônicos...** Vitória: Seminário de Pesquisadores em Educação Especial, 2011. CD-ROM.

KUHNEN, Roseli T. Os **fundamentos Psicológicos da Educação Infantil e da Educação Especial da rede municipal de ensino de Florianópolis**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

KLIN, Almir. **Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral**. Revista Brasileira de Psiquiatria. 2006. Disponível em: [http://ww; 28\(Supl I\):S3-1](http://ww; 28(Supl I):S3-1). In: [w.scielo.br/pdf/rbp/v28s1/a02v28s1.pdf](http://w.scielo.br/pdf/rbp/v28s1/a02v28s1.pdf) . Acesso em 02/06/2013.

LEHMKUHL, Márcia de Souza. Educação Especial e Formação de Professores em Santa Catarina: vertentes médico-pedagógica e psicopedagógica como base de formação continuada. [dissertação] /Márcia de Souza Lehmkuhl; orientado, Márcia Helena Michels.- Florianópolis, SC, 2011.

185 p.:Il,grafs..

Dissertação (mestrado)-Universidade de Federal de Santa Catarina. Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação.

MEC/GDF/SEEP. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental- Deficiência Mental, volume I**. Organizado por Giuseppe Rinaldi. Brasília, SEESP, 1997.

OZGA, J. Investigação sobre políticas educacionais. Terreno de contestação. Coleção currículo, políticas e práticas. Porto :Porto Editora, 2000. PESSOA. Nataly. Autismo Clássico. In: <<http://espacoautista.blogspot.com.br/2012/10/autismo-classico.html>

PESSOA. Nataly. Autismo Clássico. In: <<http://espacoautista.blogspot.com.br/2012/10/autismo-classico.html>> Acesso em 9 maio 2013.

UNESCO. **Necessidades especiais em aula**: conjunto de materiales para la formación docente. Salamanca: UNESCO., 1994.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. São Paulo: Unesco Press, 1994a. Disponível em: <<http://cape.edunet.sp.gov.br/cape-arquivos/declaração-salamanca.asp>>. Acesso em: 17 fev. 2010.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 4 ed. São Paulo: Martins Fonte, 1994.

ANEXO 1  
**QUESTIONÁRIO**

Idade:

Função:

Sexo:

Tempo de serviço:

Tempo de serviço nesta unidade :

Qual a sua formação acadêmica?

Já teve formação continuada sobre Educação Especial?

1) Você tem alunos da Educação Especial em sua sala? Ou já teve?

2) Você tem alunos com diagnóstico autista? Ou já teve?

3) Você já recebeu alguma orientação para o trabalho pedagógico com diagnóstico de autismo ?

4) Se já recebeu, foram de qual instituições?

a) Já recebeu alguma orientação da Prefeitura Municipal de Florianópolis? De que forma?

b) As orientações foram prestadas pelos profissionais das salas de multimeios ?De que forma?

c) As orientações foram prestadas pelos profissionais das Instituição Especializada?  
Como por exemplo a APAE? De que forma?

c) Unidades de ensinos? De que forma?

5) Essa orientação foi importante ? O suficiente? Contemplou as suas expectativas?

6) Você considera que o processo de inclusão dos sujeitos com autismo tem dado resultado?

7) O que tem de ser modificado na sua opinião?